



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo Digital nº: **4001885-78.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Multas e demais Sanções**
 Requerente: **FERNANDO OLIVEIRA COSTA**
 Requerido: **Diretor(a) CIRETRAN e outro**

Justiça Gratuita

CONCLUSÃO

Em 24 de outubro de 2014, faço conclusos estes autos à MM. Juíza de Direito da Vara da Fazenda Pública desta Comarca, **Dra. GABRIELA MÜLLER CARIOBA ATTANASIO**. Eu, Mirian Cury, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de **Ação Declaratória de Nulidade de Ato Administrativo com Pedido de Liminar e Antecipação de Tutela**, proposta por **Fernando Oliveira Costa** contra o **Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/SP**. Alega o autor ser proprietário do veículo de placas DNP 6402 – São Carlos/SP, marca Honda/CG, modelo 125 CC Fan, cor preta, supostamente utilizado na prática de duas infrações de trânsito, em data de 24/02/2013 (fls. 40 e 42), registradas na Avenida Rouxinol, 337, Lagoa Dourada – Brotas/SP, definidas nos artigos 208, CTB (avançar o sinal de parada obrigatória) e 244, I, CTB (conduzir motocicleta, motoneta e ciclomotor sem capacetes de segurança). Informa que jamais havia estado na cidade de Brotas até aquele momento, tendo ingressado com recurso administrativo junto à JARI daquela localidade, em razão das penalidades aplicadas. Registra que foi penalizado com 14 (quatorze) pontos em sua habilitação, que, sendo provisória (permissão para dirigir veículo), o impediu de obter a habilitação definitiva. Aduz que o local das infrações se trata de balneário sem qualquer sinalização, e junta fotos para comprovar o alegado. Pede liminar para suspender a pontuação de sua habilitação e, no mérito, a exclusão do registro das penalidades dos prontuários de sua CNH/veículo, bem como a nulidade das penalidades administrativas aplicadas.

Houve antecipação dos efeitos da tutela, para determinar a suspensão da pontuação questionada, bem como para autorizar o licenciamento do veículo, independentemente do pagamento das multas. Também houve determinação para o autor emendar a inicial, promovida inicialmente contra a Fazenda do Estado de São Paulo, considerando que o DETRAN foi



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

transformado em autarquia, adquirindo personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial (fls. 50/51).

Emenda da inicial às fls. 55. Decisão às fls. 56.

O DETRAN manifestou-se através de ofício às fls. 60/61, informando que adotaria as providências determinadas pela liminar e, em contestação (fls. 69/73), sustentou a falta de interesse de agir, considerando haver recurso na esfera administrativa pendente de julgamento e, no mérito, a ausência de produção de outras provas, a exemplo da testemunhal, considerando que através dos documentos juntados não seria possível identificar se o local das infrações seria o mesmo identificado nas fotografias. Pugnou pela extinção do processo sem resolução do mérito, ou ainda, pela improcedência do pedido.

Réplica às fls. 77/80.

Decisão interlocutória às fls. 81.

Documentos às fls. 83/85.

É o relatório.

FUNDAMENTO E DECIDO.

Cabível o julgamento antecipado da lide, considerando que o processo está suficientemente instruído, não havendo necessidade de se produzir prova em audiência.

Não é o caso de se reconhecer a falta de interesse de agir, pois a existência de processo administrativo pendente de julgamento não impede que o autor tenha acesso ao Judiciário.

No mérito o pedido merece acolhimento.

O requerido sustenta que não seria possível aferir se o local das fotos seria o mesmo das infrações, contudo, não juntou qualquer fotografia comprovando a existência de sinalização no local apontado como sendo o das infrações, cuja prova se lhe impunha, a fim de validar a aplicação das penalidades noticiadas.

Pelo conjunto probatório é possível verificar que não há no local do fatos, sequer, placa oficial, sinalizando o nome da rua indicada como sendo a das infrações (fls. 16), não havendo indicativo da existência de qualquer sinalização nos cruzamentos apontados (fls. 18, 23, 24, 33, 36, 37, 38 e 39).

Nem ao menos cópia do auto de infração, supostamente preenchido, com a assinatura do agente responsável foi juntada aos autos, o que enfraquece, ainda mais, a legalidade das multas aplicadas.

Posto isso, julgo PROCEDENTE o pedido, extinguindo o processo, com resolução do mérito, com fundamento no art. 269, I, do CPC, para o fim de anular as penalidades impostas



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

nos autos de infração copiados às fls. 40 e 42, devendo o requerido excluir, em definitivo, a pontuação aplicada no prontuário do autor, em relação às infrações aqui questionadas, expedindo a sua habilitação definitiva, uma vez cumpridas as demais exigências legais.

Pela sucumbência, arcará o requerido com o pagamento de honorários de advocatícios que fixo por equidade em R\$ 700,00 (setecentos reais).

P.R.I.C.

São Carlos, 24 de outubro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**